VIII COLÓQUIO CIE-UMa

O Futuro da Escola Pública

Universidade da Madeira, 2012

As Políticas da Escola Pública: Impactos e Desafios

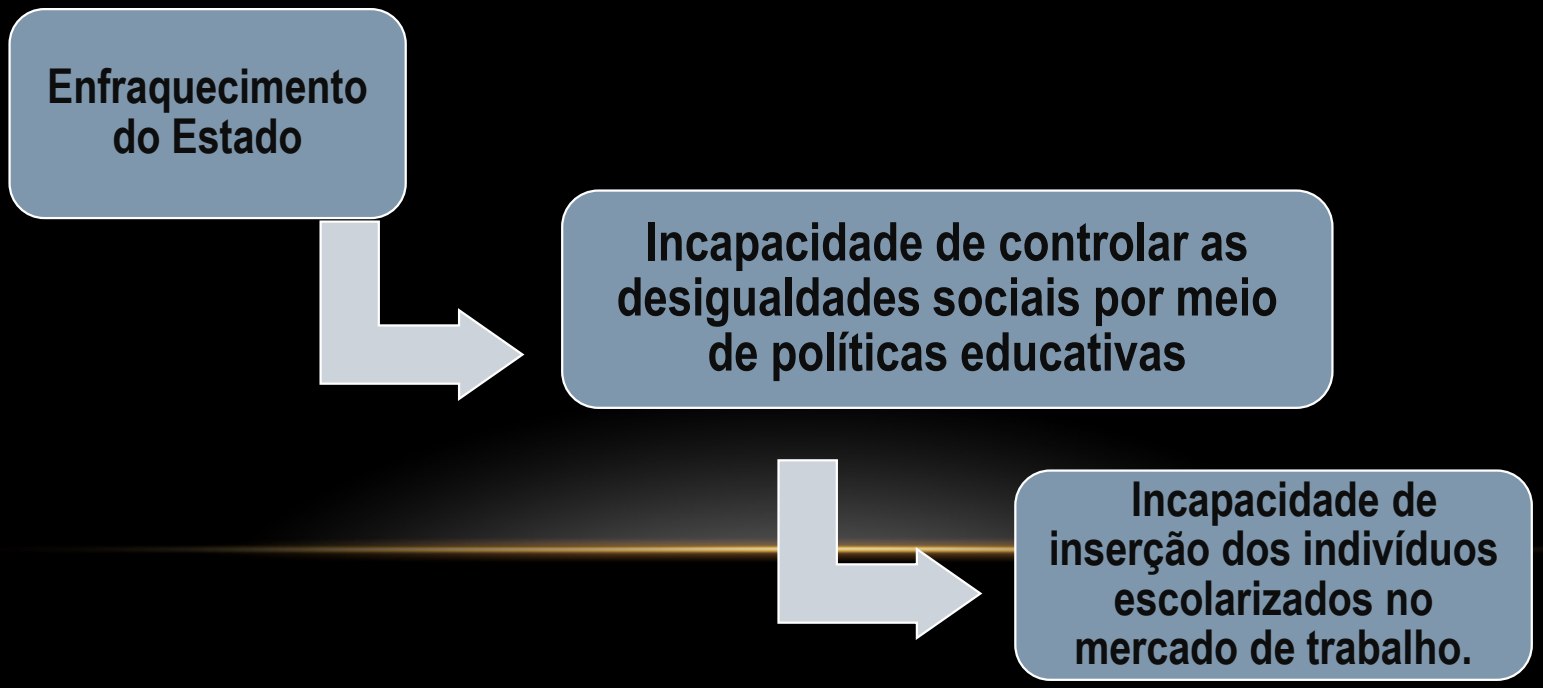
Alice Mendonça
Universidade da Madeira

- “A educação é um serviço público, pelo que compete ao Estado a responsabilidade irrenunciável de o regular, de o fiscalizar e de assegurar a sua qualidade, independentemente do prestador. O direito de todos à educação é um dos pilares do Estado de Direito que, em qualquer circunstância, é sua obrigação preservar.” (Roberto Carneiro, 2012:47)

Educação e trabalho: uma relação em falência

- O ideário de combate às desigualdades sociais confere ao Estado exclusividade para regular e assegurar a educação.

Transfiguração da relação entre educação e trabalho



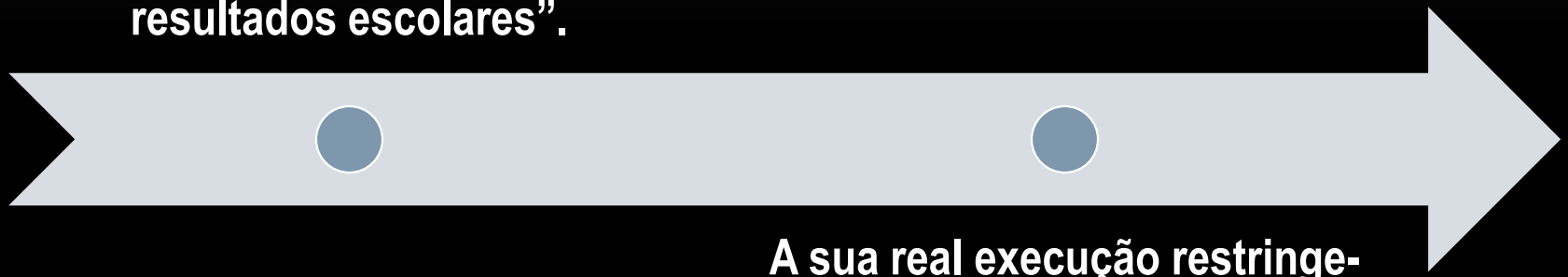
Aprofundamento das desigualdades sociais quando a universalização da escolarização prometia esbatê-las.

Descredibilização da democratização igualitária supostamente assegurada pela escolaridade obrigatória.

Centralização das intervenções educativas exclusivamente nos contextos escolares.

Revisão da Estrutura Curricular

"(…) uma melhoria dos resultados escolares".



A sua real execução restringe-se ao contexto escolar.

Demissão de intervenção nos factores extra-escolares .

A avaliação (incoerente) dos resultados educativos

- Os sistemas nacionais e internacionais de avaliação, analisam, expõem, confrontam e divulgam as desigualdades educativas entre escolas públicas e privadas e ainda entre países.

Deficiente qualidade da escola pública face à escola privada.

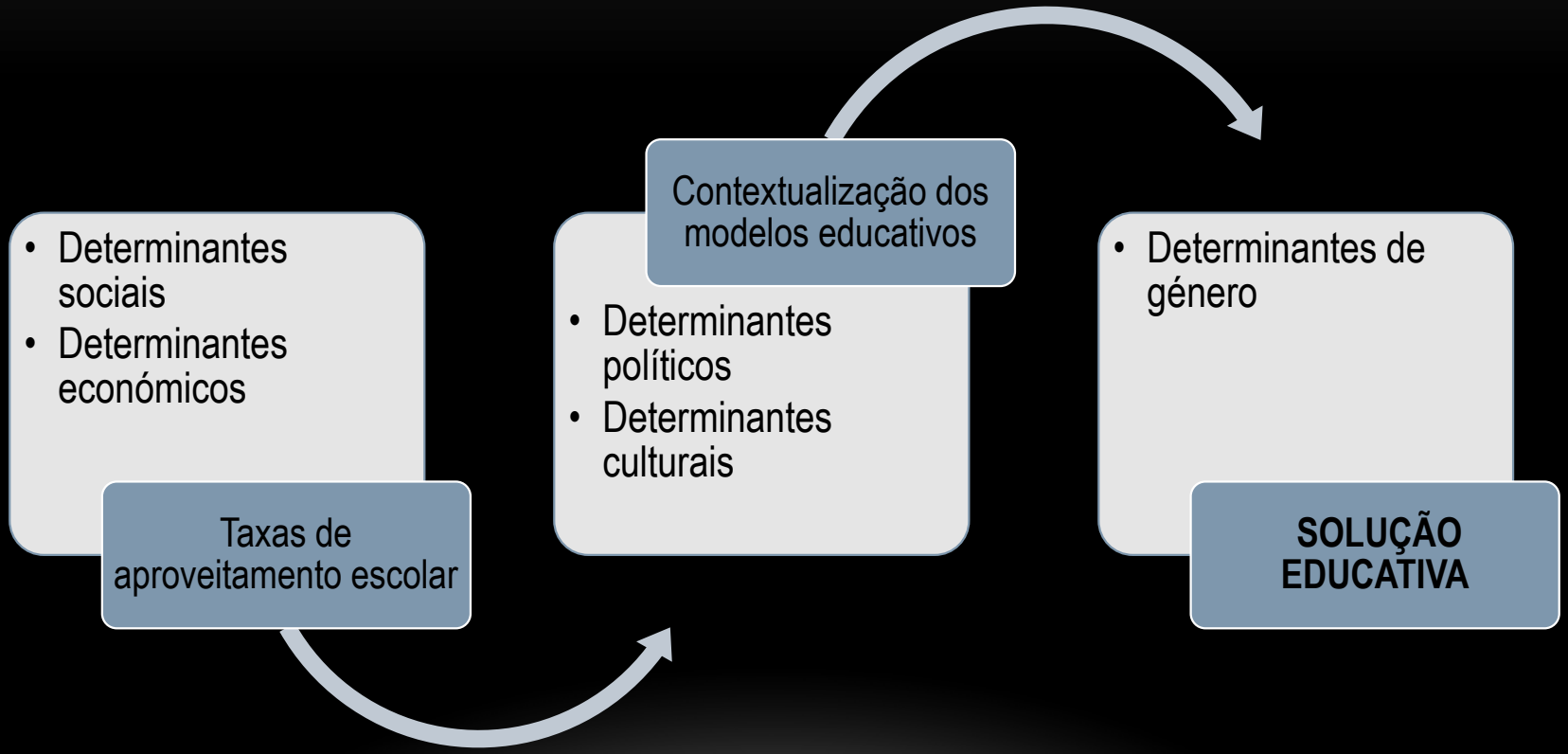
Fracos resultados escolares que expressam o atraso de Portugal em diferentes níveis: regional, social, cultural, político e económico.

Em 2012 o governo português legislou quatro vezes sobre a autonomia das escolas sem que se tivesse efectuado qualquer avaliação.

Rankings das escolas

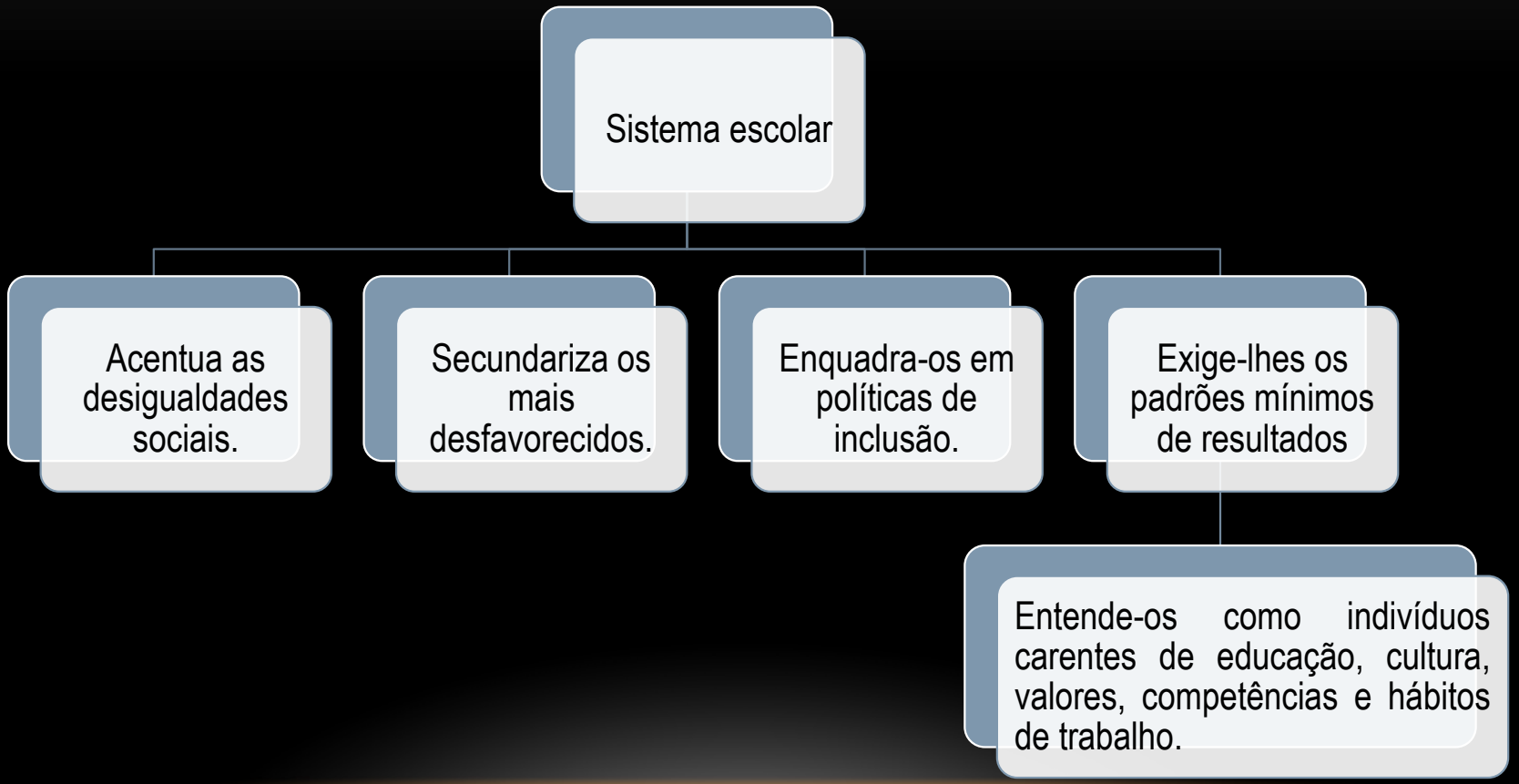
“uma vez que se tratam de médias (…) não reflectem a realidade, ignoram a dimensão do estabelecimento de ensino assim como a percentagem de alunos que realizou cada exame, não têm em conta o meio social em que a escola está inserida, confundem sucesso escolar com sucesso em exame, misturam resultados pessoais com qualidade de serviço prestado.” (Valente: 2011, p.133)

A ligeireza e a necessidade político-obsessiva de se obter (bons) resultados têm conduzido o Estado a ignorar as análises e as recomendações dos centros de pesquisa em Educação



Intervenção político- educativa centrada no contexto escolar.

Sociedade e educação - reconfiguração de afinidades



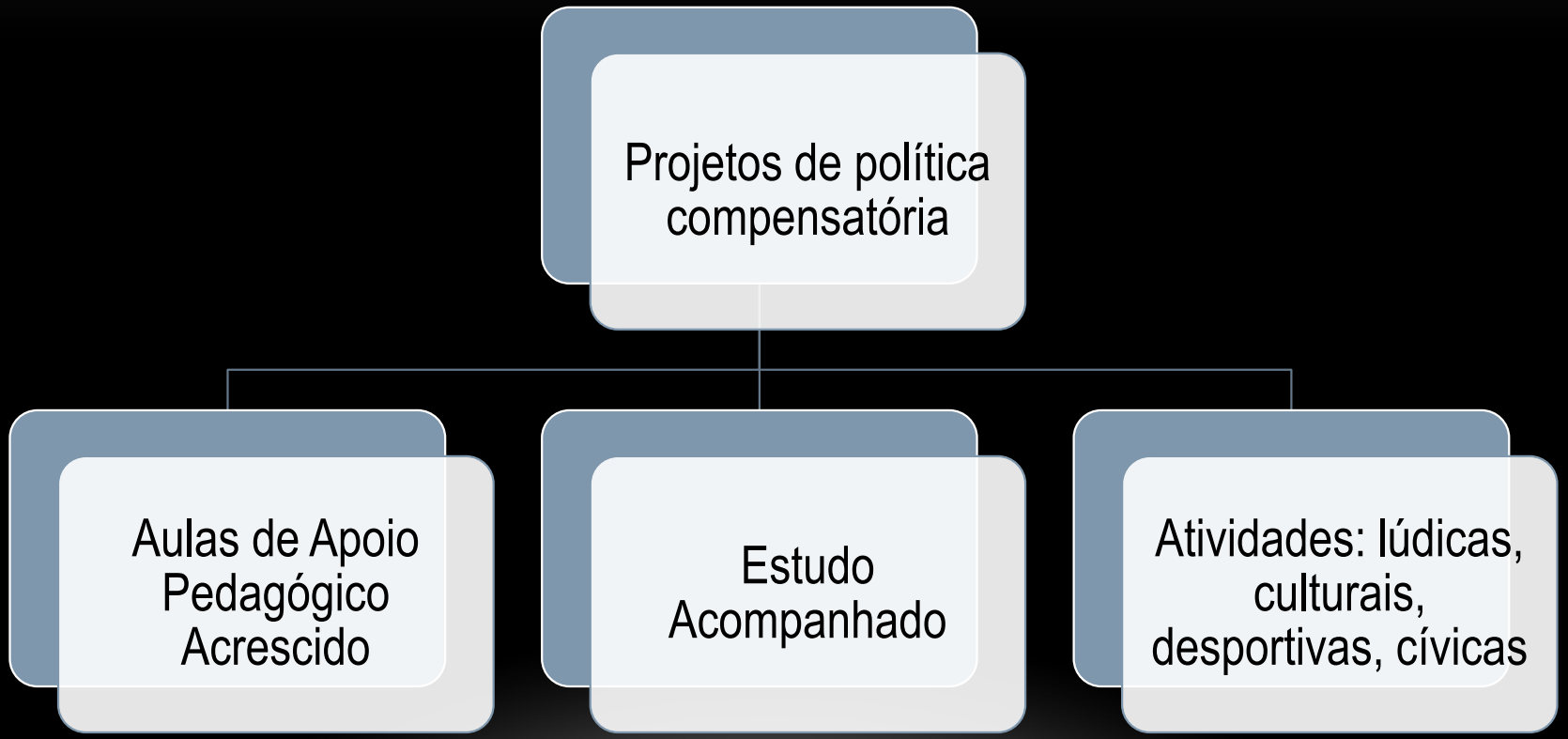
As funções educativas do Estado centram-se no dever de suprir carências

Formação Cívica

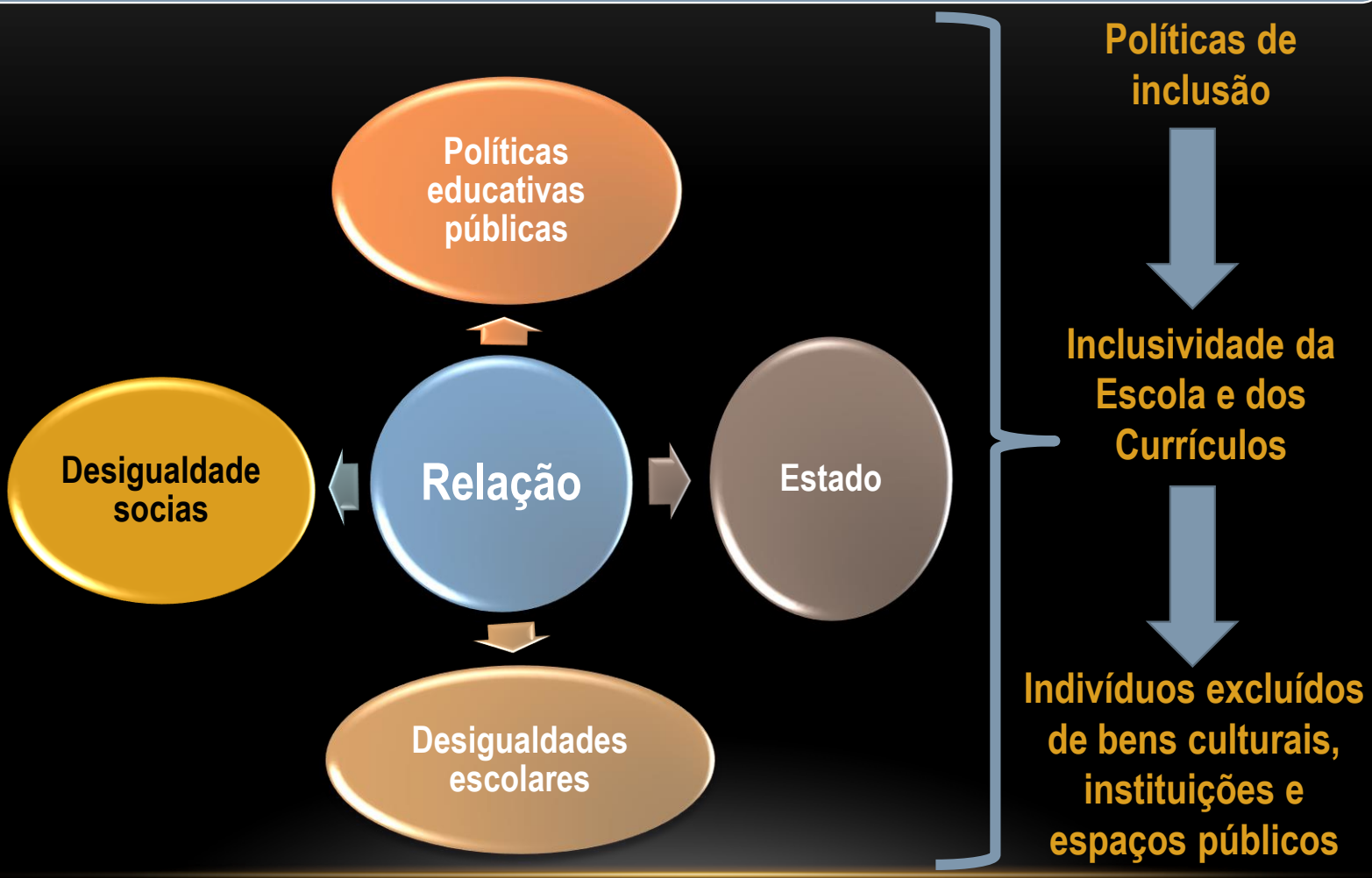
A sua eliminação na actual Revisão da Estrutura Curricular foi acompanhada da recomendação de se manter **"a relevância dos seus conteúdos de modo transversal"**

Sistema educativo com inculcação de condutas e valores sociais e escolares.

Utopia da igualdade escolar



Os professores das escolas públicas percebem os limites dos programas compensatórios, face ao peso da precarização material



Grupos socialmente desfavorecidos

Desconhecem que o Estado fracassou no ideário da Escola Pública

Erradicar as desigualdades pela educação

Destinatários (passivos) das políticas educativas do Estado (protagonista)

Igualdade de acesso → Assume-se como uma possibilidade das injustiças e desigualdades sociais serem superadas

Intervenções do Estado na escola pública

↓

Incontestadas e rodeadas de expectativas

↓

A subsistência da escola pública é garantida pelo Estado

O Estado não constitui nunca a essência do problema

Revisão da Estrutura Curricular (preâmbulo)

"[Permitirá] melhorar significativamente o ensino das disciplinas fundamentais […] reorientando o ensino para os conteúdos disciplinares centrais".

Disciplinas fundamentais ?
Conteúdos disciplinares centrais ?

Legitimar a hierarquização disciplinar

Necessidade de melhorar significativamente o ensino, sobretudo na aprendizagem

Revisão Curricular:
"criará as condições para uma definição das metas de aprendizagem", sem especificar a que tipo de condições se refere

As metas, legitimam e enfatizam exigências

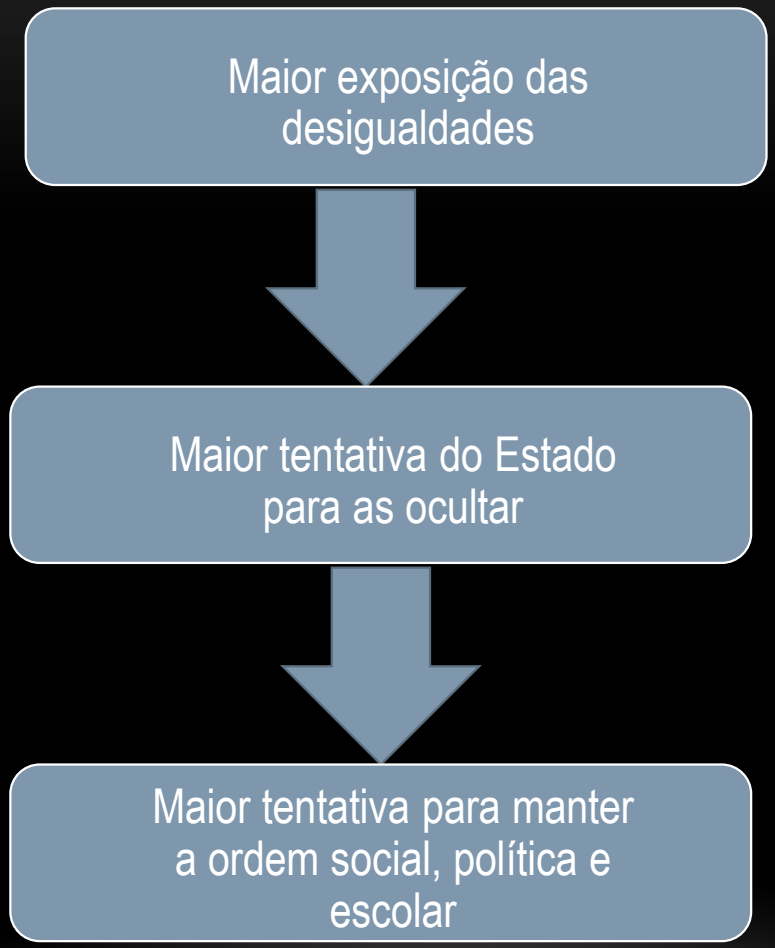
- Provar
- Comprovar
- Avaliar
- Classificar

"maior rigor na avaliação, através, nomeadamente, da introdução de provas finais no 6º ano".

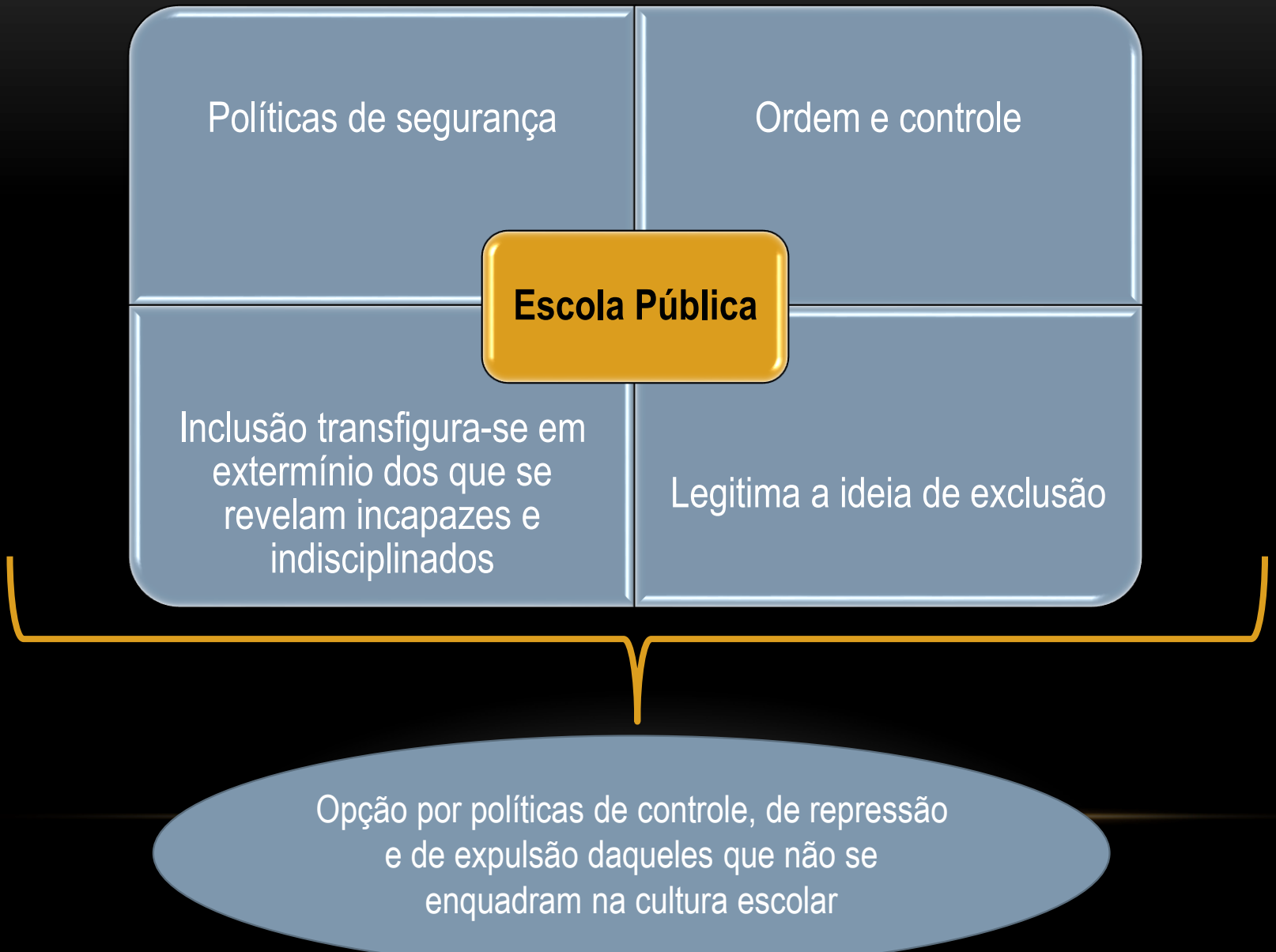
Ênfase na aquisição de conhecimentos
Estatuto do Aluno e Ética Escolar (2012)

"o aproveitamento escolar" constitui, entre outras, uma das "circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar do aluno"

Politicas Educativas: do controle à exclusão



Politicas Educativas: do controle à exclusão



Ideário de conceber políticas e instituições educativas que garantissem o direito à herança cultural
Controle

Revisão da Estrutura Curricular:

“ Esta revisão tem ainda como um dos seus princípios a redução do controlo central do sistema educativo, apostando na autonomia gradual das escolas, no profissionalismo e na liberdade dos professores relativamente aos métodos de ensino”.

Agrupamento escolares	• Constituem, “um caminho de reforço do controlo e não da autonomia das escolas” o qual “tem vindo a criar problemas novos onde eles não existiam”. • “reforço da centralização burocrática dentro dos agrupamentos, tem provocado o aumento do fosso entre quem decide e os problemas concretos
Controlo totalitário do Estado	• Contratos de autonomia dependentes de contrapartidas
Requisitos das escolas	• Obrigação de melhorarem os resultados escolares

Avaliação e renovação anual do contrato

- "são especialmente considerados" a evolução dos resultados escolares obtidos pelos alunos, nomeadamente em provas finais de ciclo e exames.

As proclamações de vontades políticas sobrepõem-se ao real exercício de intervenções politicamente necessárias e refletidas.

PISA

- **Finlândia**
- 3º lugar
- PIB 5,9%
- 1º lugar em Ciências
- 2º lugar em Matemática
- 2º lugar em língua materna
- Menor tempo em sala de aula
- Alunos responsáveis pelas suas aprendizagens
- Tempo limitado de concentração
- Sistema de avaliação quantitativo

- **Portugal**
- 27º lugar
- PIB 5.9%
- 38º lugar em Ciências
- 38º lugar em Matemática
- 31º lugar em língua materna.
- Mais tempo em sala de aula
- Professores responsáveis pelas aprendizagens dos alunos
- Sistema de avaliação quantitativo
- Sobrecarga de tempo na sala de aula

- **É possivel introduzir mudanças que produzem efeitos no espaço de 5-10 anos**

- **Finlândia**
- 1 professor (6 anos)
- Inicio da escola aos 7 anos
- TPC – secundário
- Intervalos – 75 minutos
- Maior autonomia das escolas para definir programas educativos

- **Portugal**
- 1 professor (4 anos)
- 2º ciclo -10 disciplinas
- 3º ciclo – 13 disciplinas
- Inicio da escola aos 6 anos
- TPC diários
- Intervalos 10-15 minutos
- Programas definidos pelo Ministério da Educação

- **As definições devem ser claras, poucas e permitir que as escolas construam o que estavam a fazer.**

VIII COLÓQUIO CIE-UMa

O Futuro da Escola Pública

Universidade da Madeira, 2012

As Políticas da Escola Pública: Impactos e Desafios

Alice Mendonça
Universidade da Madeira